

Veja

30/5/1984

BÓIAS-FRIAS

Sinais de fumaça

Cortadores de cana fazem greve de alerta para garantir o cumprimento do acordo

Na manhã de quinta-feira passada, quarenta cortadores de cana ergueram seus afiados facões num canavial da Usina Santa Adélia, a 10 quilômetros de Guariba, na região de Ribeirão Preto, e caminharam pelo carreiro que separa as áreas de plantio. Meia hora depois, mal iniciada a tarefa, quase todos os 1 200 trabalhadores que até o final do dia deveriam cortar 6 000 toneladas de cana estavam de braços cruzados. Sobre a sede da usina pairava novamente a nuvem da greve que na semana anterior levara patrões e empregados a um acordo sem precedentes na história das relações trabalhistas do meio rural brasileiro — e que por pouco não culminara com o incêndio dos canaviais.

Pouco antes das 9 horas, o empresário Altino Bellodi, um dos proprietários da Santa Adélia, alertado pelo rádio, pousava perto do escritório da usina, após ter convocado o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Região de Jaboticabal, Benedito Magalhães. Magalhães alcançou o piquete grevista a 5 quilômetros do local onde se iniciara a paralisação e ouviu, em meio ao tinir dos facões batidos contra o solo, as razões dos bóias-frias. Eles exigiam o acerto das contas do semestre que se encerrou em abril, referentes ao trabalho da entre-safra, e queriam explicações sobre a demora no cumprimento do acordo assinado uma semana antes. À frente do grupo, Aderval Alcides, 19 anos, transmitiu as condições: o corte de cana só seria retomado após um novo compromisso dos usineiros. "Queremos o acerto da parada, o pagamento do mês, as notas de produção de cada dia e o material de trabalho, conforme o prometido", avisou.

CAMINHÕES PARADOS — A advertência ecoou fortemente na sede da usina. Havia no pátio, naquela manhã, um estoque de cana suficiente para apenas 5 horas de operação. O presidente do sindicato apresentou-se a Bellodi acompanhado de Aderval e de Antônio Celestino Pereira, indicados rapidamente pelos trabalhadores como seus porta-vozes na negociação. Uma hora depois, o grupo retornava aos canaviais com os modelos de facões que devem ser fornecidos pela empresa e a promessa de que o trabalho da entre-safra será acertado no pró-10. "Os talões de controle da individual estão sendo impressos", anunciou Magalhães. A volta ao trabalho foi tranqüila, e poucos minutos depois não havia na roça qualquer sinal de anormalidade. Enquanto na Usina Santa Adélia — núcleo original da revolta que no dia 15 levou às ruas de Guariba uma enfurecida multidão de trabalhadores volantes — patrões e empregados assimilavam juntos uma nova lição de convivência, a Usina Bonfim anunciava a contratação de um profissional de recursos humanos que irá dirigir um departamento de relações trabalhistas como os que existem há décadas nas indústrias urbanas. Na mesma semana, os movimentos reivindicatórios avançavam para fora do Estado de São Paulo. Em Uberaba, Minas Gerais, bóias-frias e usineiros sentaram-se pela primeira vez frente a frente para tratar da remuneração do trabalho sem a interferência dos "gatos", os agenciadores de mão-de-obra. Nos municípios paulistas de Jaú, Igarapava, Barra Bonita e Dois Córregos, também houve negociações semelhantes.

Em Matão, os trabalhadores conseguiram estabelecer uma multa de meio salário mínimo — dobrada, em caso de reincidência — para os empregadores que infringirem qualquer uma das cláusulas do acordo coletivo. Em Bebedouro, onde os colhedores de laranja, na esteira dos cortadores de cana de Guariba, haviam melhorado seus salários, também os caminhoneiros resolveram exigir um aumento no preço do frete. Estacionaram seus caminhões diante da sede

da Frutesp, uma das maiores indústrias de suco do país, e avisaram que deixariam apodrecer no campo as milhares de caixas de laranja que estavam sendo colhidas, caso não fossem atendidos. Na quinta-feira celebraram com os empresários da região um aumento de 100% no preço do transporte.

CANÁRIOS NA PRAÇA — Em Guariba, a população só soube da nova greve de advertência na Usina Santa Adélia no final da tarde de quinta-feira, quando os bóias-frias retornaram a suas casas. A tensão da manhã ficara restrita aos limites das terras da usina, e a cidade pôde retomar sua rotina. O comerciante Cláudio Amorim, que na semana anterior tivera seu supermercado praticamente destruído por saqueadores, reabriu as portas na manhã de sexta-feira com as prateleiras recompostas e uma promessa: ofereceria, durante alguns dias, gêneros alimentícios a preço de custo. Mas deixou escapar que também tomara providências menos amistosas. "Comprei um armamento pesado e estou pronto para outra", advertiu. "Agora posso encarar até 2 000 invasores na porta do supermercado."

Guariba amanheceu impregnada pelo cheiro do vinhoto derramado nas roças na noite anterior. Os caminhões dos antigos "gatos" — agora transformados em funcionários das usinas — alinharam-se, como todos os dias, nas saídas da cidade, muitos já equipados com toldos de alumínio e bancos fixos. Na praça do coreto, o baiano Waldevino de Almeida, 38 anos, pendurou as gaiolas de canários com que ganha a vida e sentou-se num banco à espera do primeiro freguês. "Num raio de 500 quilômetros não tem canto metralha mais bonito", garantia. O soldado Severino Lima, praça da PM assentado há doze anos em Guariba, peregrinava pelas esquinas em conversas com velhos conhecidos. Colecionava testemunhas que pudessem ajudá-lo a provar que não foi o autor do disparo que no dia 15 matou o metalúrgico aposentado Amaral Vaz Meloni. "A bala que matou o homem era de aço, calibre 22", diz o soldado. "E meu revólver é de calibre 38, com balas de chumbo", argumenta.

LUCIANO MARTINS, de Guariba

(Página 25)